



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

(Do Sr. Rafael Fera)

Altera a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, para disciplinar a cobrança da taxa de água pelas concessionárias ou permissionárias públicas ou privadas de saneamento básico, proibindo a cobrança de taxas quando não houver consumo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera dispositivo da Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, para disciplinar a cobrança da taxa de água pelas concessionárias e permissionárias públicas ou privadas de saneamento básico, proibindo a cobrança de taxas quando não houver consumo.

**Art. 2º** O inciso III do art. 40 da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 .....

.....

III - o usuário poderá solicitar a retirada de dispositivo de leitura de água consumida, e se for o caso não permitir a instalação, quando não houver interesse em utilizar o consumo de água pelas concessionárias e permissionárias públicas ou privadas de saneamento básico.

Parágrafo único – o valor referente ao uso de esgoto sanitário serão cobrados conforme tabela e valores praticados pela concessionária e permissionária pública ou privada de saneamento básico." (NR)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do **Deputado RAFAEL FERA** – Podemos / RO

Apresentação: 26/08/2025 10:24:46.743 - Mesa

PL n.4207/2025

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A legislação atual permite que a concessionária e ou permissionária de serviço público ou privado cobrem pela atividade de disponibilizar o acesso de forma individualizada ao serviço de água, pois admite o faturamento de serviços com base na cobrança de tarifa mínima. Os consumidores pagam, consumindo ou não o serviço. Segundo as empresas, o objetivo da tarifa mínima é assegurar a viabilidade econômico-financeira do sistema.

Os abusos em tarifas mínimas exigidas de usuários de serviços públicos representa um dos maiores transtornos enfrentados pela população de baixa renda.

A cobrança sem o devido consumo já é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor, portanto as empresas têm usado uma forma de calcular a média anual de consumo, para quando o consumidor não utilize dos serviços seja-lhe cobrada uma taxa mínima.

O acesso aos serviços públicos é um fator de inclusão social. As altas tarifas cobradas pelas concessionárias e permissionárias de serviço público e privado impossibilitam a fruição do serviço e causam exclusão social.

Por todos estes motivos, contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões,

Deputado **RAFAEL FERA**



**Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete: 333 – CEP: 70.160-900 – Brasília – DF**

**Tel: 61.3215-5333 / 1333 – [dep.rafaelfera@camara.leg.br](mailto:dep.rafaelfera@camara.leg.br)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://portalleg.br/camara/legislacao/assinatura-eletronica>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Fera



\* C D 2 5 3 3 5 4 4 8 7 0 2 0 0 \*